



Não bastasse rejeitar a cobrança de um documento comprobatório de vacinação do turista, governo federal não estabelece as regras sobre o que será exigido de quem desembarcar no Brasil nem como fará para fiscalizar os quarentenados

# Falta de passaporte traz desorganização

» MARIA EDUARDA CARDIM  
» GABRIELA CHABALGOITY\*

A negativa do governo federal em adotar o passaporte de vacinação contra a covid-19 para a entrada de viajantes no Brasil causou confusão e criou mal-estar com estados e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) — que, em 12 de novembro, recomendou a imposição do documento. Ao não publicar uma portaria para estabelecer a nova regra para quem desembarcar no país sem um comprovante de imunização — submetendo o turista a uma quarentena de cinco dias —, o governo deixa em aberto como fará essa fiscalização.

O vácuo institucional provocado pelo Poder Executivo se torna ainda mais evidente com dois episódios ocorridos ontem: 1) o Ministério da Saúde pediu ajuda à Anvisa para formular as novas normas, mas a autarquia não mandou representante para a reunião na pasta devido à rejeição da sugestão do passaporte; e 2) unidades da Federação, como São Paulo e o Distrito Federal, anunciaram que estudam adotar o documento dentro de suas fronteiras.

O mal-estar ficou evidente na nota distribuída pela Anvisa. “A elaboração da portaria que trata das regras de fronteiras e entrada no país não está na competência da Anvisa. Esta atividade é do escopo da Casa Civil e dos ministérios da Saúde, da Justiça, e da Infraestrutura”, justificou.

Reforçando a decisão da Anvisa, o diretor-presidente da instituição, Antonio Barra Torres, disse que o órgão aguarda a promulgação da portaria para que a agência possa atuar conforme o que ficar decidido pelo governo. “A Anvisa precisa aguardar a promulgação da portaria, que vem daqueles que têm autoridade para fazê-la. Aguardamos que venha a público por meio do *Diário Oficial da União* para que possamos nortear nossas ações”, explicou.

## Sem parâmetros

Apesar de garantir que os turistas não vacinados terão que fazer uma quarentena de cinco dias no país, o governo federal não deu, até agora, importantes indicações: se cobrará documentos de vacinação e teste de PCR no momento



**A elaboração da portaria que trata das regras de fronteiras e entrada no país não está na competência da Anvisa. É do escopo da Casa Civil e dos ministérios da Saúde, da Justiça, e da Infraestrutura”**

**Trecho de nota da Anvisa, cobrando responsabilidade do governo**

da apresentação do passaporte — algo que não é feito — e como fiscalizará o isolamento dos não imunizados. Sobre o acompanhamento dos quarentenados, a Anvisa informou que o monitoramento é de competência da vigilância epidemiológica, coordenada pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde. A pasta não respondeu ao **Correio**, até o fechamento desta edição, sobre as medidas que comporão o plano de fiscalização.

Diante do hiato deixado pelo governo federal, governadores se movimentaram para evitar o livre trânsito de turistas não imunizados dentro dos estados do dirimem. O mais veemente foi João Doria, de São Paulo, que deu ao Ministério da Saúde prazo até o próximo dia 15 para a adoção do passaporte — do contrário, passará a exigir o documento dentro das fronteiras paulistas.

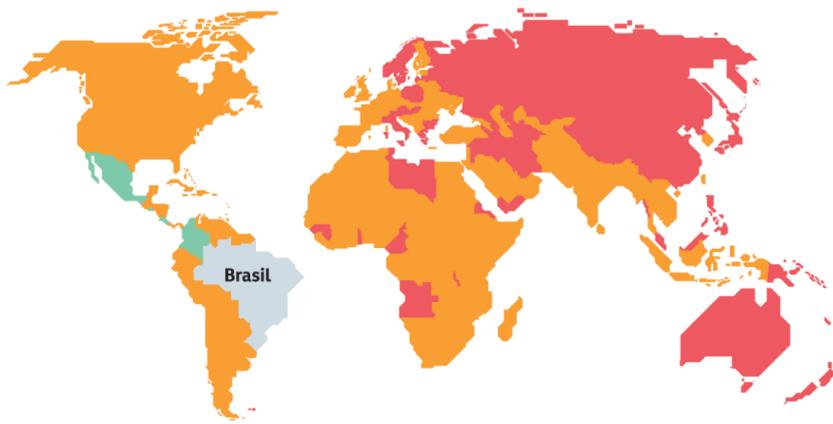
“O Brasil não pode ser o paraíso do negacionismo. Aqui, o turismo de negacionismo só existe na mente desse ministro da Saúde (Marcelo Queiroga) e do presidente da República (Jair Bolsonaro). Aqui é terra de gente séria. Portanto, se até 15 de dezembro o governo federal não adotar o passaporte vacinal, São Paulo vai adotar e exigir nos seus aeroportos e portos internacionais o comprovante de vacinação”, garantiu.

## Controvérsia

Doria citou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, no início da pandemia, indicou, que além do governo

## As exigências ao viajante brasileiro

Ao contrário do que disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, não há reciprocidade dos países na questão da pandemia. Cada uma impõe suas regras e exige respeito. Quem não se enquadrar, não entra.



### PAÍSES ABERTOS COM RESTRIÇÕES

Viajantes não vacinados que chegam do Brasil não podem entrar, mas podem entrar com um resultado negativo no teste para covid-19. Nesses países, as fronteiras estão abertas para visitantes que estão totalmente vacinados e/ou apresentem um resultado negativo no teste PCR ou de antígeno para covid-19, ou ainda que entrem em quarentena após a chegada. 147 nações estão nestas condições.

### PAÍSES ABERTOS

A maioria dos viajantes do Brasil poderá entrar sem restrições. Nesses países, as fronteiras estão abertas e não há impedimentos ou requisitos para os visitantes no momento. Quatro nações estão nestas condições.

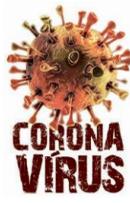
### PAÍSES FECHADOS

A maioria dos viajantes do Brasil não terá permissão para entrar, salvo exceções que devem ser avaliadas por cada país, pois há diferenças. Nesses territórios, as fronteiras estão fechadas e apenas cidadãos residentes voltando para casa ou pessoas em circunstâncias especiais podem entrar. 75 nações estão nestas condições.

■ É importante que o brasileiro saiba exatamente em que condição está (se é morador, turista ou visitante a trabalho) para não ter problemas nos países fechados ou abertos com restrições. Isso porque há regras diferentes para cada um deles. Por isso, o melhor é obter a informação com a representação diplomática da nação de destino.

Fonte: Kayak

federal, os governos estaduais e municipais têm poder para determinar regras de isolamento, quarentena e restrição de transporte e trânsito em rodovias em razão da disseminação do vírus. Porém, os estados não possuem autonomia para decidir sobre as fronteiras, nas quais atuam órgãos federais como a Anvisa, a Receita Federal e a Polícia Federal. Questionado sobre como se



adaptará à nova situação, a administração do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), principal porta de entrada no país, afirmou ao **Correio**, que se norteará pelas recomendações da Anvisa. “Seguimos todas as recomendações da agência reguladora no enfrentamento à pandemia da covid-19, bem como na prevenção da transmissão de quaisquer doenças infecciosas entre funcionários e passageiros”, afirmou a assessoria.

Para o constitucionalista Camilo Ondas, como o controle de fronteiras é exercido pelas autoridades federais — o que inclui os aeroportos que recebem voos internacionais —, não vê de que forma gestores locais possam fiscalizar e cobrar o passaporte vacinal. “Nem o governador nem o prefeito têm competência para estabelecer exigência se uma pessoa pode ou não entrar no território nacional”, observou.

\* **Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

## De novo, a “liberdade”

Um dia depois de endossar a afirmação do presidente Jair Bolsonaro de que “é melhor perder a vida do que perder a liberdade”, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que o direito à vida e à liberdade são indissociáveis. A declaração foi feita em cerimônia de premiação de iniciativas para pessoas com deficiência, realizada no Ministério da Saúde.

“O Estado brasileiro consagrou a dignidade da pessoa humana como princípio básico da nossa democracia. Então, o direito à vida e o direito à liberdade são indissociáveis. Vida e liberdade. A defesa da vida desde a sua concepção”, disse o cardiologista, ao indicar que o Sistema Único de Saúde (SUS) é uma ferramenta fundamental para que esses direitos sejam implementados.

Queiroga voltou a falar sobre o surgimento de variantes do novo coronavírus e disse que não está desesperado, já que, como ministro da Saúde, tem o controle do SUS “nas mãos” e conta com a confiança de Bolsonaro.

“Todo dia podem aparecer variantes que causam preocupação, mas não causam desespero, pelo menos para mim, o ministro da Saúde. Porque tenho nas minhas mãos o controle do Sistema Único de Saúde e a confiança do presidente da República, para que possamos transformar todos os recursos que chegam a essa Casa”, afirmou.

Já Bolsonaro reiterou, para seus apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, que não pretende exigir o chamado “passaporte da vacina” no Brasil. E ainda atribuiu a adoção de um documento nesses moldes à esquerda.

“Jamais vou exigir passaporte da vacina de vocês. Imaginem se tivesse o Haddad no meu lugar”, disse, referindo-se ao adversário do PT na última disputa presidencial.

Somente entre terça-feira e ontem, o Brasil registrou 233 óbitos causados pela covid-19, de acordo com dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Com os registros, o País acumula 616.251 vidas perdidas para a doença. (MEC)

## PESQUISA

# Mais 34 deixam cargos na Capes

» MARIA EDUARDA ANGELI\*

Mais 34 pesquisadores da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), desta vez da área de Engenharia, renunciaram aos cargos que ocupavam. O comunicado foi feito na noite na última terça-feira. Até agora, 114 pesquisadores requisitaram afastamento da autarquia, que vem sofrendo perdas desde o fim do mês de novembro. As áreas afetadas fazem parte do Colégio de Exatas da instituição.

Dessa vez, três coordenadores e 31 consultores deixaram a instituição. Além desses profissionais

da Engenharia, já debandaram pesquisadores das áreas de Matemática/Probabilidade, Estatística, Química e Astronomia/Física. Nas cartas redigidas anunciando o desligamento, os pesquisadores criticaram a liderança da Capes, que desde abril é presidida por Claudia Mansani Queda de Toledo, reitora do Centro Universitário de Bauru.

Entre as queixas relatadas estão a pressão para acelerar abertura de novos cursos e para aprovar programas de ensino a distância — modelo que ainda causa desconfiança entre especialistas. Em nota, a Capes afirmou que tem sido “vítima

Ascom/Capes



## Gestão de Claudia Mansani é criticada pelos pesquisadores

de narrativas que omitem fatos ou lhes dão conotação que não correspondem à realidade”. O órgão afirmou que os questionamentos feitos em relação

aos trabalhos desenvolvidos vêm sendo feitos desde de 2018 pelo Ministério Público Federal. “Não se trata de um fato gerado na atual gestão”, argumentou.

Em ação conjunta com o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público pretende investigar as motivações por trás das sucessivas cartas de renúncia e os desdobramentos que a debandada sofrida pela instituição pode ter na qualidade da avaliação dos cursos de pós-graduação no país.

## Consequências

Anderson da Mata, professor do Departamento de Teoria Literária da UnB e ex-bolsista da Capes, lamenta a situação atual da instituição. “É o desmonte de uma rede de colaboração entre as universidades e a Capes. A chegada dos pesquisadores a esses postos não se dá por acaso, mas pelo acúmulo de experiência em relação à própria área”, explicou.

Renato Pedrosa, professor do Departamento de Política

Científica e Tecnológica da Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos em Educação Superior, explica que a Capes ajuda a manter o nível das instituições do país. “Nós ainda não vimos o impacto da queda do investimento em pesquisa dos últimos anos justamente porque o sistema de pós-graduação é majoritariamente financiado pela Capes. Esses resultados demoram a aparecer, mas, com esse esvaziamento, pode ser que as coisas mudem”, observou.

A Capes, que é ligada ao Ministério da Educação, trata dos cursos de pós-graduação em diversas áreas da pesquisa. Os coordenadores das áreas são indicados pela comunidade científica e nomeados para mandatos com duração de quatro anos, sendo posteriormente responsáveis por indicar os consultores.

\* **Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**